



1º Ciclo de Debates

O Estado das Coisas

Experiências Contra a Corrente

Alternativas

Notícias

Ética e Genética

Vergílio Ferreira

Universidade

JNICT



D E D O P O R T O

Boletim



Painel 3: "Alternativas"

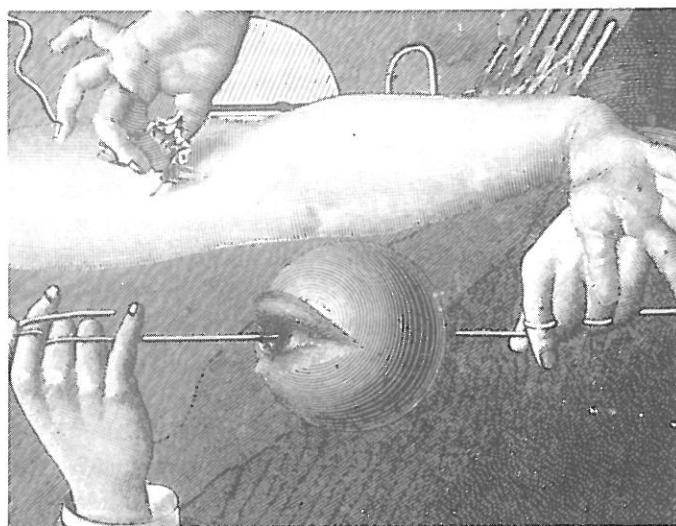
As alternativas haviam já surgido nos dois primeiros Painéis. Algumas até de forma recidivante, como as que passam pela adopção do sistema de unidades de crédito, a reforma dos estatutos da Universidade e das suas unidades orgânicas no sentido da centralização das instâncias de decisão e a criação de um corpo profissional especializado em matéria de gestão universitária.

Muitas destas alternativas perpassam de novo nos textos que se seguem, por vezes acentuadas por propostas concretas como as da criação de um Departamento de Gestão de Recursos Humanos e de Institutos de Investigação e de Desenvolvimento Tecnológico multidisciplinares.

De outros quadrantes (leia-se: Aveiro e Santiago de Compostela) surgem outros desafios: a organização departamental e a clarificação das regras-do-jogo na pós-graduação, dando ao Mestrado um carácter profissionalizante e fazendo do Doutoramento o degrau para as carreiras de investigação e académica. Surge também um aviso à navegação: "É preciso acabar com a mentira da dedicação exclusiva". (Por acaso, ou talvez não, reformularia a frase, pela positiva, em qualquer coisa como: "É preciso estimular e dignificar a dedicação exclusiva").

Alternativas poderão vir também a ser necessárias se o gigantismo da Universidade do Porto ultrapassar os limites do razoável. É neste contexto que se admite a divisão da Universidade acompanhando o progressivo desenvolvimento dos Pólos 2 e 3. Será que esta é uma alternativa desejável? Passamos assim, como passaram amiudadas vezes os participantes no Painel, para o domínio da avaliação da bondade das alternativas, tarefa que, como facilmente se compreende, se reveste de inúmeras dificuldades. Como difícil é responder à questão levantada por Carlos Pimenta: "Existirão forças motoras suficientes para concretizarem as alternativas?" E assim se reinicia o Ciclo.

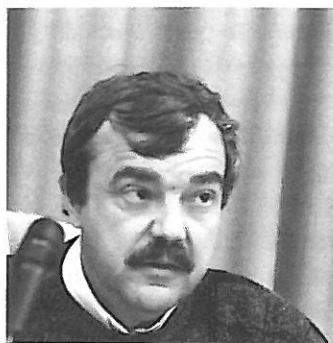
Manuel Sobrinho-Simões



1



2



3



4



5

1 Carlos Pimenta, Professor Associado da FEP e Pró-Reitor da UP.

2 Joaquim Renato Araújo, Reitor da Universidade de Aveiro.

3 José Cavalheiro, investigador responsável pelo Centro de Investigação em Engenharia Biomédica/Instituto Nacional de Engenharia Biomédica; Professor Auxiliar do Departamento de Engenharia Metalúrgica da FEUP.

4 Ramon Villares Paz, Reitor da Universidade de Santiago de Compostela.

5 Marianne Lacomblez, Professora Associada Agregada da FPCEUP.

Carlos Pimenta Que Futuro para a Universidade?

Angústias iniciais

A Universidade do Porto não se conhece a si própria e qualquer visão transmitida por alguém que viva quotidianamente o seu pulsar burocrático-pedagógico-científico certamente não reflectirá um núcleo objectivo da sua existência. Desprovido desse conhecimento de situação e de alavancas do poder susceptível de permitir transformar algumas das minhas ideias em factos, é impossível traçar alternativas válidas e realistas para a Universidade do Porto, como sugere o título do colóquio.

Acresce que a Universidade do Porto é uma peça de uma engrenagem muito maior: Universidade, Ensino Superior, Ensino, Investigação, Sociedade. Nenhum cantonamento nos princípios formais da autonomia universitária nos habilitará a esquecer a multiplicidade de valências da instituição que pretendemos analisar, a sua inserção variegada em espaços mais amplos. Quaisquer alternativas pontuais que apresentássemos pecariam grosseiramente pelo seu irrealismo ou pela visão micro.

Este conjunto de considerações serve mais para justificar a orientação da minha intervenção do que para desprimorar as preocupações, sugestões e propostas que antes e depois de mim são feitas. Serve para substituir a intervenção do possível por uma reflexão generalista sobre as possibilidades de modificação da Universidade em que vivemos.

Intervenção marcada por alguma angústia perante o quadro contraditório da realidade actual do mundo contemporâneo e das distâncias entre as alternativas que a nossa imaginação, caldada na labuta quotidiana, vai construindo, e as forças inerciais que dificultam a mudança.

Começaremos por explicitar um conjunto de hipóteses de partida que servirão de base às reflexões seguintes. Porque a realidade é movimento e porque as hipóteses iniciais apontam para a necessidade de mudança estrutural, há que reflectir sobre a sua viabilidade. Faremos um sobrevôo das condicionantes da dinâmica, retiraremos algumas consequências e interrogar-nos-emos sobre as forças susceptíveis de promover a mudança. Porque “o sonho comanda a vida”(1), embora “de boas intenções esteja o inferno cheio”, porque nada é imutável e eterno e forças existirão para construir um mundo melhor, não posso terminar esta intervenção sem apresentar um conjunto de hipóteses de linhas de orientação para transformações na Universidade do Porto.

Mais importante do que as singelas ideias que apresentarei, será a reflexão que possa gerar, será o debate que propicie (2).

Algumas hipóteses de partida

Muitas serão as hipóteses de partida possíveis desta minha intervenção e a cada conjunto delas corresponderá o desenrolar de um conjunto de consequências e considerações. Por outras palavras, a opção inicial nunca é ingénua e as afirmações seguintes, parcamente justificadas, são uma escolha deliberada (3).

Referenciemos quatro hipóteses:

1

Nos últimos anos verificou-se uma massificação do ensino universitário.

A Universidade tem assistido ao aumento do número dos seus estudantes. É a resposta à complexização do mundo do trabalho e aos mitos de promoção social (por exigências da sociedade portuguesa ou por importação de referências e modelos) e como fuga ao desemprego e à inexistência de alternativas intermédias (entre os níveis de formação anteriores) validadas socialmente.

É um fenómeno de algumas décadas, reforçado nos tempos mais recentes, com significativas diferenças entre áreas específicas do saber. O *numerus clausus* não significou qualquer contenção significativa nesta massificação mas uma redistribuição dos jovens, ao mesmo tempo que lhes dava uma sábia formação em concorrência, stress e escolhas traumatizantes e maquiavélicas, castradoras da irreverência juvenil.

Uma última observação: “Não se confunda universidade de massas com democratização do ensino universitário, seja na vertente da representação das diversas classes sociais, seja na do seu funcionamento interno.”(4)

2

Tem aumentado a concorrência nacional e internacional entre instituições universitárias.

O aumento do número de universidades públicas em diversas regiões do País, a vertente inovadora com que algumas procuraram instalar-se numa operação de promoção de imagem e de *marketing*, a diluição dos contornos regionais num espaço nacional socialmente unificado e universitariamente reunificado pelo *numerus clausus* foi um primeiro factor de aumento da concorrência.

A explosão das universidades privadas, na quase totalidade sem quadro docente próprio ou intenções e projecto de o ter — logo, nascidas e vividas para se alimentarem, pedagógica e cientificamente, segundo as regras do parasitismo — não só reforçou os mecanismos de concorrência como veio dar-lhes novas formas de manifestação, veio accionar novas vertentes de funcionamento quotidiano nas escolas públicas (5).

A velocidade de circulação da informação, a imposição de modelos pelos imperialismos culturais, a grande quantidade de doutorados em instituições estrangeiras, as normas de avaliação do trabalho científico frequentemente utilizadas e, mais recentemente, a integração

(1) António Gedeão, “Pedra filosofal”, em *Poesias Completas*, 1983, 9ª edição, Lisboa, Sá da Costa, pág. 21.

(2) Para que tudo isto aconteça, para que a chama da divergência se acenda, procurarei assumir aqui e além algum discurso mais provocatório.

(3) Resistindo às tentações do empirismo e recordando que se trata de uma mera hipótese de trabalho, dispensamo-nos de aborrecer a audiência com a apresentação de números.

(4) António Joaquim Esteves & Carlos Pimenta, “Notas sobre Pedagogia Universitária”, em *A Sociologia na Escola, Professores, Educação e Desenvolvimento*, Biblioteca das Ciências do Homem, 1992, Porto, Edições Afrontamento, nota 1 da pág. 294.

(5) Esta questão da relação entre universidades públicas e privadas levanta muitos e complexos problemas institucionais e paixões pessoais, para além de fazer correr muito dinheiro. O problema já foi debatido noutros ciclos de conferências na Universidade do Porto e foi o pretexto para o início de um debate em Senado cuja continuação ficou agendada para “o dia de São Nunca à tarde” sobre o epíteto de “Ética Universitária”. Por estas razões e porque apenas nos interessa a questão da concorrência, quase nada referirei do problema. No entanto, não quero deixar de afirmar que, apesar da terminologia utilizada, nada tenho contra a existência de universidades ou instituições de ensino superior privadas. O que condeno é existirem sem um quadro docente próprio e sem regras de jogo transparentes. O que condeno é que entre as instituições privadas e públicas tendam a não existir as diferenças de acesso que os seus diferenciados estatutos impõem.

europeia são poderosos factores impondo uma concorrência entre instituições universitárias de diferentes países. É uma concorrência diferente da anteriormente referida, mas não deixa de o ser.

3

Existe uma multiplicidade de enviesamentos na Universidade de hoje.

Esta é uma forma eufemística de dizer que qualquer observador admite que existem aspectos da realidade universitária que não são concordantes com o que desejaríamos. Há um "mal estar", uma incomodidade, um reconhecimento da necessidade de mudar.

Talvez sempre tenha existido, mas os ritmos de transformação do mundo contemporâneo, as alterações do seu posicionamento social e as correspondentes modificações de funções e dinâmicas internas agudizam os enviesamentos.

Um alerta final. Há um reconhecimento da necessidade de mudança, mas tal pode não significar vontade de mudança:

"Através dos séculos, a Universidade demonstrou a sua capacidade de adaptação como instituição. Muitas das organizações económicas, sociais e políticas nasceram e morreram. Algumas das que sobreviveram alteraram completamente as funções, atribuições e estrutura. Apesar de tudo, mesmo nas universidades mais recentes, mais pobres e mais pequenas do mundo moderno sobrevivem funções, ideias, valores, convenções e práticas que ligam as vidas do pessoal e dos alunos às dos seus antecessores do século XIII em Paris, Oxford e Bolonha."(6)

4

Há uma necessidade de mudança orientada por uma racionalidade associada ao desenvolvimento científico e filosófico.

O reconhecimento da necessidade de mudança, susceptível de se traduzir em acção, pode dar lugar a uma infinidade de percursos diferentes, marcados pela irreversibilidade.

A hipótese que agora acrescentamos procura balizar esses percursos, reconhecendo como válidos aqueles que são consentâneos com o desenvolvimento científico e filosófico.

Talvez esta formulação não seja menos subjectiva, seja apenas um desvio da discordância. Contudo, poderá ter a vantagem de deslocá-la do estrito campo ideológico para uma área mais válida pelas práticas científicas. Reconhecemos que esta hipótese poderá não ser de aceitação tão consensual como as anteriores, mas também é preciso dizer que a discordância é inevitável numa Universidade heterogénea, numa sociedade com interesses antagónicos, num mundo de profundas contradições.

Condicionantes externas da dinâmica

36 É um imperativo de análise considerar as condicionantes externas, essencialmente, e internas da existência e desenvolvimento da

Universidade. Em primeiro lugar, por razões de interacção das partes, de interacção entre as dimensões micro e macro e desta por aquela. Em segundo lugar, pela natureza da Universidade: um local de encontro de intelectuais. Os intelectuais reflectem e exprimem consciente e resolutamente o desenvolvimento dos interesses político-sociais das classes sociais e é a estas, em sentido lato, que poderemos ir buscar as raízes das contradições que dilaceram a sociedade em que vivemos.

Explicitemos, então, essas contradições:

Ciência/Barbárie

Será desnecessário insistir sobre os acelerados ritmos de desenvolvimento científico e tecnológico a que temos assistido nas últimas décadas e sobre o seu aumento (7).

Os conhecimentos hoje existentes — ou uma diferente aplicação dos recursos científicos — permitiriam produzir, conservar e distribuir os bens de primeira necessidade, de forma a acabar com o flagelo da fome. Se as condicionantes geográficas continuam a ter alguma influência na desigual distribuição da riqueza entre as nações, elas deixaram de ser um fatalismo ou então, como alguém dizia, "o sol brilha e a chuva cai de modo diferente em diferentes estratos sociais"(8). A ciência, potencialmente libertadora das amarras seculares do subdesenvolvimento, não evita que mais de mil e quinhentas pessoas morram cada dia por falta de nutrição.

Poderíamos descansar as nossas consciências científicizadas, ocidentalizadas e marcadas pelas vaidades de novo-rico, que tem alaranjado as nossas consciências, e remeter para factores financeiros e políticos as incapacidades da ciência criar uma nova forma de vida da humanidade. Sem dúvida. Financeiramente, é mais fácil encontrar outras civilizações inter-estelares do que resolver o problema da fome no nosso planeta. Mas, se atendermos a que bastaria uma reduzida parte das despesas militares para resolver muitos dos referidos problemas, encontramos outra faceta da contradição.

Referimos a questão da fome para ilustrar a contradição entre a ciência e a barbárie, mas esta manifesta-se neste final de século de múltiplas formas: xenofobia, guerra, destruição ambiental, droga.

A irracionalidade de muitas práticas dominantes é a negação da mais elementar racionalidade científica.

Nacional/Mundialização

A realidade portuguesa continua a ser diferente da dos outros países, "gente inscrita num certo espaço físico e cultural, mas de hiperidentidade, de quase mórbida fixação na contemplação ou no gozo da *diferença* que nos caracteriza ou nós imaginamos tal no contexto dos outros povos, nações e culturas"(9). Essa diferença poderá ser uma das vertentes condicionadoras ou impulsionadoras do comportamento da comunidade científica, enquanto trabalhadores e cidadãos, vertentes que nem sempre estão em perfeita harmonia.

O que está em jogo não é a contemplação da diferença, que apresenta alguns dos perigos referidos pelo autor, mas a compre-

(6) OCDE, *Que Futuro para as Universidades?* 1987, Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, pág. 25.

(7) Talvez fosse necessário distinguir ciência e técnica e diferenciar os seus diferentes ritmos de evolução, mas tal parece desnecessário neste momento.

(8) Olivia Bennett, *Países Ricos, Países Pobres*, 1986, Lisboa, Círculo de Leitores, pág. 13.

(9) Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, 2ª edição, 1988, Lisboa, Imprensa Nacional, pág. 10.

ensão da importância das dimensões regional e local na vida das populações e na intervenção social, a importância que continuam a assumir as “relações de vizinhança”, frequentemente forjadas milenarmente.

Ao mesmo tempo que os cidadãos e as instituições têm de encarar crescentemente a sua dimensão regional, também são obrigados a inserir-se numa mundialização que se impõe e manifesta poderosamente. Fundada na melhoria dos meios de transporte e de comunicação, na objectiva interdependência dos espaços, é empolada pelos meios de informação, pelas relações de dominação, pelos imperativos empresariais de rentabilidade satisfatória.

Se a realidade económico-social fosse regionalmente homogénea, se os interesses de uns fossem o complemento, mesmo que com desajustamentos e conflitos, dos interesses dos outros, a dicotomia regionalização-mundialização seria o feliz espaço cultural do intelectual e do cidadão. Contudo, a realidade é bem diferente. Os imperialismos económicos e culturais conflituam os interesses das diversas regiões, fazem esquecer os contextos nacionais, geram servilismos e alienações.

A actual subserviência, o servilismo, em relação à CEE é uma expressão dessas contradições, assim como o é grande parte do ambiente cultural e científico que vivemos nos meios universitários.

Poderemos desconhecer, esquecer, alhearmo-nos do problema resolúvel que se verifica a nosso lado, mas certamente que sabemos tudo o que na nossa área científica se passa em outras partes do mundo. Poderemos desconhecer o que o nosso colega de instituição pensa, escreveu ou disse, mas certamente que estamos atentos ao último “paper” produzido em “Discovery City”, mesmo que aquele mais não faça do que “conjuguar o verbo entreter”.

Democracia / Prepotência

Muitas das profundas transformações políticas deste final de século têm sido apresentadas como reforço da democracia. Porque não há um único modelo político de democracia e esta pode ter diversos significados, acrescentemos-lhe o epíteto de formal. Quem tem fome, quem é discriminado, quem tem como única estratégia de vida, imposta pelas circunstâncias, a sobrevivência quotidiana, não tem liberdade, mas a democracia formal também existe para ele. Como dizia Helge Krog, “todos temos liberdade completa desde que a não usemos”(10).

Muitas dessas transformações são positivas e podem permitir um ambiente favorável ao debate de ideias, ao confronto de posições, tão importante ao desenvolvimento cultural e científico e à sua difusão junto das populações.

Contudo, essa realidade formal, essa superestrutura conceptual, jurídico-política, ritualizada, é acompanhada por autoritarismos e subserviências, por alheamentos das responsabilidades cívicas, por fortunas, migalhas e corrupções. Olof Palme dizia que “muitas das desgraças do mundo são o resultado de decisões toma-

das em nome da democracia”(11) e, infelizmente, a sua afirmação teve bastantes confirmações após a sua morte.

Esta hábil conjugação entre democracia e prepotência manifesta-se na vida quotidiana do nosso País. Manifesta-se igualmente nas relações internacionais, onde a mudança dos “equilíbrios” existentes gerou condições propícias à ingerência nacional, ao belicismo, ao cinismo como instrumento de política.

Racionalidade / Pragmatismo

Numa conferência recente sobre informatização, alguém dizia que os novos desafios que temos de defrontar no mundo moderno obrigam-nos a ser inteligentes, quer queiramos ou não. De facto, os desafios à nossa racionalidade são constantes. Um trabalhador não especializado possui hoje um conjunto de conhecimentos que uma actividade intelectual de algum tempo atrás não exigia. Cada vez mais os conhecimentos científicos difundem-se, transformando-se em conhecimento corrente. Quando Richard Feynman alerta contra as limitações e o perigo da “cientocracia” não deixa de estar a reconhecer, implicitamente, a importância da racionalidade científica no mundo contemporâneo.

Simultaneamente, o pragmatismo assume foros de filosofia dominante e de ciência de corpo inteiro. A acção é vangloriada com poemas de escárnio e mal-dizer para o labor intelectual, para a reflexão, para a investigação fundamental. A formação universitária assume no seu quadro de referências as tonalidades de uma formação profissional. A investigação é medida em “operacionalidade” e rentabilidade de curto prazo.

O centro de gravidade das atenções sociais poderá estar mais centrado na mediocridade operativa que na racionalidade criadora.

Informação / Descidadanização

As afirmações frequentes de que vivemos numa sociedade de informação, ou que se transitou de uma economia de serviços para uma economia de informação, são manifestações simplistas da realidade a que pretendemos fazer referência neste ponto. A quantidade de informação cresce explosivamente, o tempo que medeia entre a produção, a difusão e sua utilização tende para valores infinitesimais. A informação é um importante valor acrescentado.

Acompanhando esta relevância da informação, há uma promoção e despromoção de empresas, actividades e profissões, uma relevância sempre crescente das actividades intelectuais.

Esta massificação da informação exige uma modificação dos hábitos e práticas sociais, impõe uma aumentada escassez de tempo, uma competitividade e stress de impactos bem visíveis na personalidade de todos nós. Estes aspectos podem ser considerados como normais e salutares processos de adaptação social. Contudo, a informação, tal como se verifica hoje, não deixa de gerar equívocos, distorções, alienações e prepotências. As táticas de guerrilha da informação e contra-informação fazem parte do quotidiano de cada cidadão. Os meios de informação impõem a sua ditadura.

(10) José Manuga, *Citações de Pessoas Famosas*, 2ª edição, sd., Lisboa, Fragmentos.

(11) José Manuga, ob. cit.

À sobrevalorização da informação corresponde, muitas vezes, uma desvalorização da formação.

Humanismo/Economicismo

O estudo científico do homem e da sociedade, a formulação de leis sobre a realidade físico-química, a visão cósmica da realidade quotidiana, os níveis de produtividade atingidos no processo produtivo, a diversidade de actuações abertas a cada cidadão criam condições para uma vida mais longa, para uma importância crescente do homem, para o alargamento do lazer, para o despontar de novas éticas e estéticas, para um "novo" humanismo.

O economicismo é, contudo, uma contra-força coexistente. Como diz Guerreiro Ramos, "o que se chama hoje de *razão* na sociedade centrada no mercado (...) é uma corruptela do termo tal como ele e seus equivalentes sempre foram universalmente entendidos até ao limiar dos tempos modernos"(12). O endeusamento da empresa, associado a uma crise económica que tende a persistir e disfarçar nas malhas da eficácia tecnológica, reduzem as dimensões do homem e da sociedade a um conjunto de regras de funcionamento dos mercados e de concorrência. Fazem esquecer a multidimensionalidade do homem, a polivalência da sociedade, a importância dos valores "transcendentais" e da irracionalidade no quotidiano das populações.

Consequências e condicionantes internas

Seria possível encontrar múltiplas manifestações das contradições referidas no tecido interno das universidades. Aqui e além fazemos referências pontuais a algumas dessas situações, mas a fotografia está por fazer.

Preferimos manter a análise num elevado nível de abstracção e chamar a atenção para o facto de se poderem deduzir três conclusões aplicáveis à Universidade:

1

É cada vez mais impossível sobreviver e, sobretudo, progredir, através de processos espontâneos de auto-regulação.

Se a velocidade das transformações, a importância da inovação, a complexização do social, a quantidade de informação, associados à agudização da concorrência, são factores bastantes para explicar o afirmado, o peso da tradição, a autonomia relativa da Universidade e a massificação do ensino aumenta os perigos da auto-regulação institucional das universidades.

2

As organizações, incluindo as universidades e as suas subestruturas, necessitam de se tornar leves e flexíveis na definição de estratégias e táticas.

Escusado será reafirmar que as actuais universidades estão longe de apresentar esta flexibilidade. Parece ser de destacar, como

condicionantes internas mais poderosas a uma evolução no sentido dessa flexibilização:

• O poder antidemocrático do Conselho Científico.

Antidemocrático pelo imediato facto de ser uma estrutura de gestão da Universidade bastante poderosa, pelos poderes consignados na lei e pelas personalidades que o constituem, que não é eleita. Formada pelo "claustro", transporta o peso da tradição, o que só por si não é negativo. Não é fiscalizado por ninguém, e apresenta um carácter corporativo. Sob a capa formal das problemáticas científicas, conduz os destinos globais das instituições.

• O domínio da Universidade pela burocracia.

A burocracia é uma vertente inevitável numa organização e a ela estão associadas muitas das potencialidades do seu funcionamento, mas também comporta uma elevada carga negativa associada à despersonalização das decisões, à morosidade das mesmas, à efectiva orientação das organizações para objectivos secundários ao seu funcionamento, à resistência à inovação.

A burocratização da Universidade é, em grande medida, uma expressão do País em que vivemos, de um direito administrativo inquisitorial, da conservação dos princípios salazaristas do orçamento. Mas é também uma produção interna, uma segregação do funcionamento de muitos dos órgãos, um elaborado jogo de corredor.

Não existe uma coincidência entre a "classe dos burocratas" e a burocracia. Nem todos que àquela pertencem se comportam burocraticamente e muitas estruturas que se dizem directivas, pedagógicas, científicas e senatoriais se manifestam como seus verdadeiros campeões.

3

A grande nebulosidade no espaço dos valores, nos referenciais filosóficos e morais, associada a uma séria dificuldade de imposição dos valores progressistas, exige um ambiente democrático de confronto de ideias e uma vontade política de afirmação de ideias.

Poderia competir à Universidade um profíquo debate de ideias e de reafirmação de valores. Certamente que muito se faz, mas está muito aquém das possibilidades e necessidades. A força dos paradigmas dominantes, o isolacionismo dos grupos e subgrupos científico-burocráticos, a falta de diálogo entre cientistas da mesma arte e a incapacidade de uma interdisciplinaridade, a escassa reflexão individual e colectiva sobre a própria realidade do ensino e da investigação tornam a Universidade um inapropriado espaço de produção e difusão de cultura.

Ausência de forças motoras

Se os mecanismos de auto-regulação não são suficientes para uma transformação susceptível de fazer face aos desafios, é

(12) Alberto Guerreiro Ramos, *A Nova Ciência das Organizações - Uma Reconciliação da Riqueza das Nações*, 1981, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, pág. XV.

necessário que alguns grupos, que alguns actores, impulsionem essa transformação.

Onde estão essas forças?

Numa estrutura que se autoreproduz espontaneamente, com práticas quotidianas de sobrevivência sem sintonia com objectivos, numa ausência de estratégia?

Numa juventude em que o *stress* da concorrência e a conflitualidade do mundo contemporâneo aniquilaram grandes doses de irreverência, a utopia e a camaradagem na aprendizagem?

Numa população do País que não tem as questões educacionais como uma das suas preocupações fundamentais?

Num Estado, em sentido lato, onde o imediatismo, o economismo e as tentações dos recursos comunitários, associados a alguma incompetência tecnocrática, fazem esquecer as grandes opções do futuro? Num Estado que considera que o Ensino é foro de políticos aprendizes de feiticeiro?

Numa intelectualidade mais motivada pelo *ECU* e pelo poder que pela liberdade criadora ou pelas ideias?

Num corpo docente que reproduz vícios e privilégios?

Popper afirma que “os doutorandos recebem cada vez mais uma prática puramente técnica, uma prática em certas técnicas de medida; não se iniciam na tradição científica, na tradição crítica de questionar o que motiva e guia os grandes e aparentemente insolúveis mistérios, em vez de encontrar soluções para pequenos enigmas”(13). Tal reflecte uma realidade repetidamente explicitada pela sociologia das instituições universitárias e que mostra como o grupo social institucionalmente dominante (corpo docente) está condicionado pelas suas próprias limitações.

As perguntas anteriormente formuladas são demasiadamente genéricas. A incapacidade do grupo social não nega a existência de subgrupos susceptíveis de terem comportamentos diferentes. Certamente que entre instituições, estudantes, professores, funcionários, sectores populacionais, intelectuais existem forças de transformação. O que reccamos é que não sejam forças bastantes.

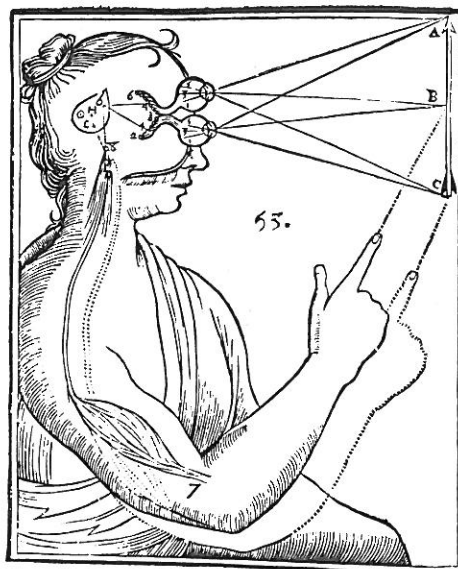
Utopia

Não encontrando forças sociais e universitárias bastantes para promover um conjunto de transformações estrategicamente progressistas, não estarei em condições de apresentar hipóteses de evolução futura, tácticas de procedimento, propostas para o imediato.

Tudo o que se pode revelar é um conjunto de sonhos, uma listagem de objectivos que gostaríamos de ver alcançados. As suas justificações seriam ficção.

Aqui fica, pois, o enunciado de um conjunto de utopias, para que alguma esperança marque o fim de um discurso tolhido pelo pessimismo:

- Dignificação da docência universitária e desempenho das funções com profissionalismo.
- Respeito pela vontade e dignidade do estudante.
- Ambiente democrático de confronto de paradigmas e fomento do espírito crítico.
- Prossecução de uma investigação fundamental.
- Generalização da pós-graduação como área vocacionada para a especialização.
- Conquista da autonomia universitária plena.
- Desburocratização e responsabilização.
- Órgãos de poder com estrutura e procedimentos democráticos e em sintonia com as realidades.
- Existência de projectos estratégicos consolidados e assimilados.
- Promoção e desenvolvimento da interdisciplinaridade.



(13) Homa Katouzian, *Ideología y Método en Economía*, 1982, Madrid, H. Blume Ediciones, pág. 164.